

C — Estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça

Actividade geral do Tribunal de Justiça

1. Processos entrados, findos, pendentes (2004-2008)

Processos entrados

2. Tipos de processos (2004-2008)
3. Acções e recursos directos — Tipos de acções e recursos (2008)
4. Objecto dos processos (2008)
5. Acções por incumprimento de Estado (2004-2008)

Processos findos

6. Tipos de processos (2004-2008)
7. Acórdãos, despachos e pareceres (2008)
8. Formação de julgamento (2004-2008)
9. Objecto dos processos (2004-2008)
10. Objecto dos processos (2008)
11. Acções por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2008)
12. Duração dos processos (2004-2008)

Processos pendentes em 31 de Dezembro

13. Tipos de processos (2004-2008)
14. Formação de julgamento (2008)

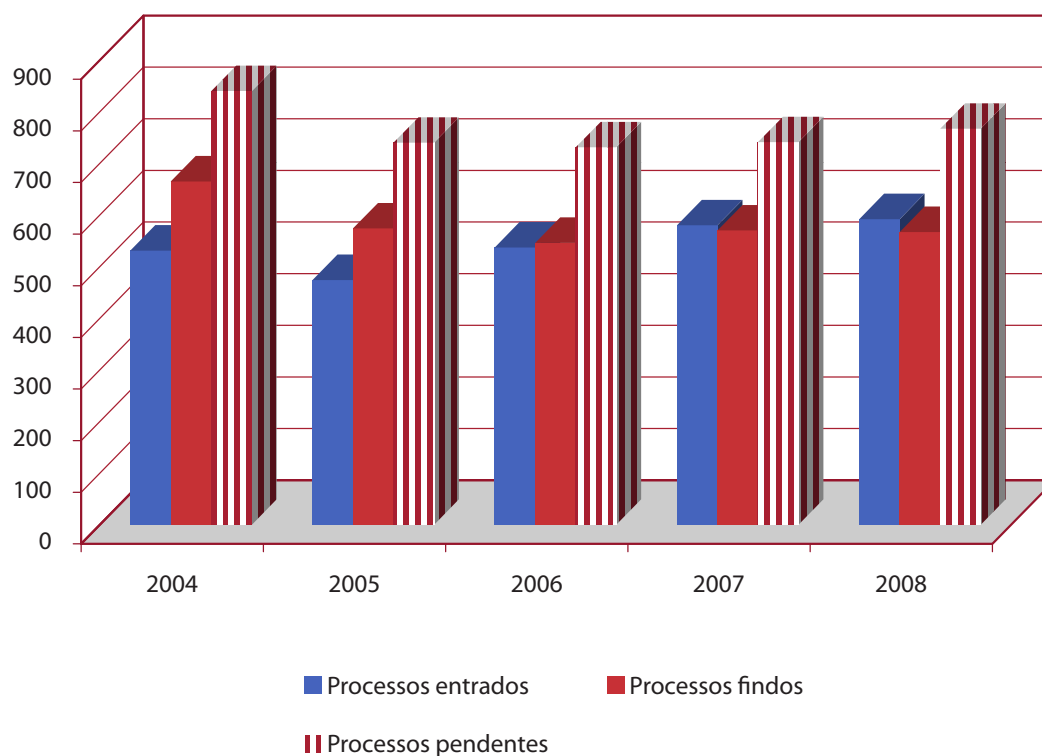
Diversos

15. Processos com tramitação acelerada (2004-2008)
16. Tramitação prejudicial urgente (2008)
17. Processos de medidas provisórias (2008)

Evolução geral da actividade judicial (1952-2008)

18. Processos entrados e acórdãos
19. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano)
20. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)
21. Acções por incumprimento de Estado entradas

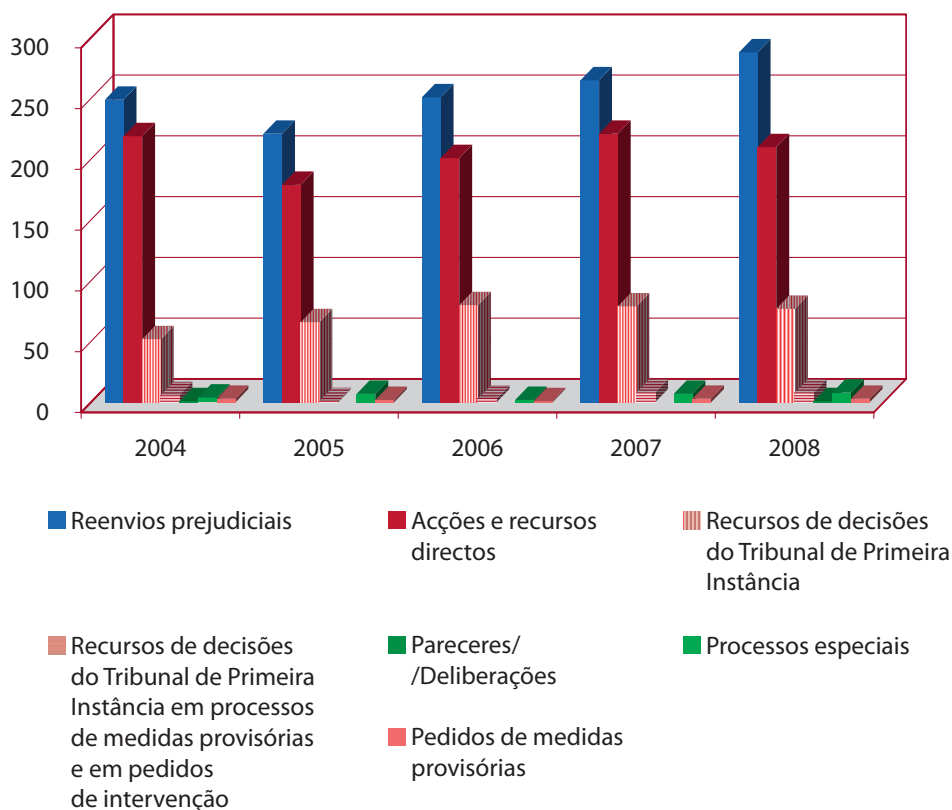
1. *Actividade geral do Tribunal de Justiça — Processos entrados, findos, pendentes (2004-2008)*⁽¹⁾



	2004	2005	2006	2007	2008
Processos entrados	531	474	537	580	592
Processos findos	665	574	546	570	567
Processos pendentes	840	740	731	741	767

(¹) Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

2. Processos entrados — Tipos de processos (2004-2008)⁽¹⁾ ⁽²⁾

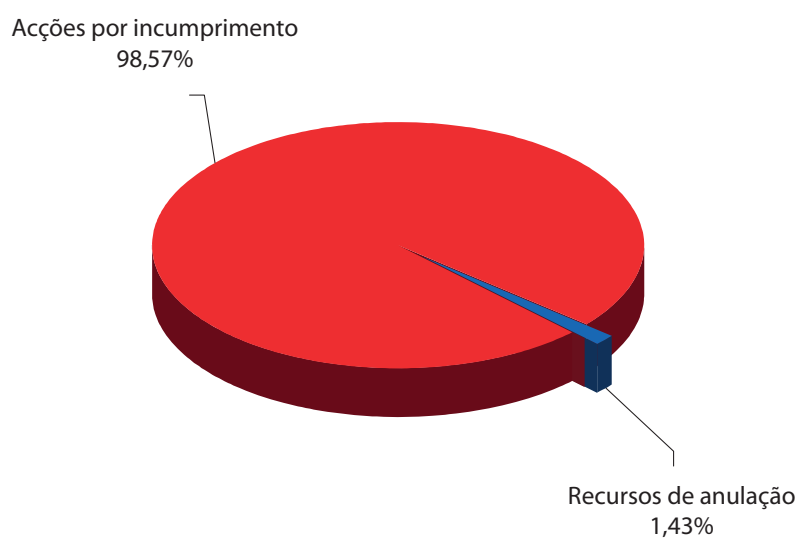


	2004	2005	2006	2007	2008
Reenvios prejudiciais	249	221	251	265	288
Acções e recursos directos	219	179	201	221	210
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	52	66	80	79	77
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção	6	1	3	8	8
Pareceres/Deliberações	1				1
Processos especiais	4	7	2	7	8
Total	531	474	537	580	592
Pedidos de medidas provisórias	3	2	1	3	3

⁽¹⁾ Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

⁽²⁾ São considerados «processos especiais»: a fixação das despesas (artigo 74.º do Regulamento de Processo); o apoio judiciário (artigo 76.º do Regulamento de Processo); a oposição a um acórdão (artigo 94.º do Regulamento de Processo); a oposição de terceiros (artigo 97.º do Regulamento de Processo); a interpretação de um acórdão (artigo 102.º do Regulamento de Processo); a revisão de um acórdão (artigo 98.º do Regulamento de Processo); a rectificação de um acórdão (artigo 66.º do Regulamento de Processo); a análise de uma proposta do primeiro advogado-geral de reapreciação de uma decisão do Tribunal de Primeira Instância (artigo 62.º do Estatuto do Tribunal de Justiça); a penhora (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades); os processos em matéria de imunidades (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades).

3. *Processos entrados — Acções e recursos directos — Natureza da acção ou do recurso*⁽¹⁾



Recursos de anulação	3
Acções por omissão	
Acções por incumprimento	207
Total	210

(¹) Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

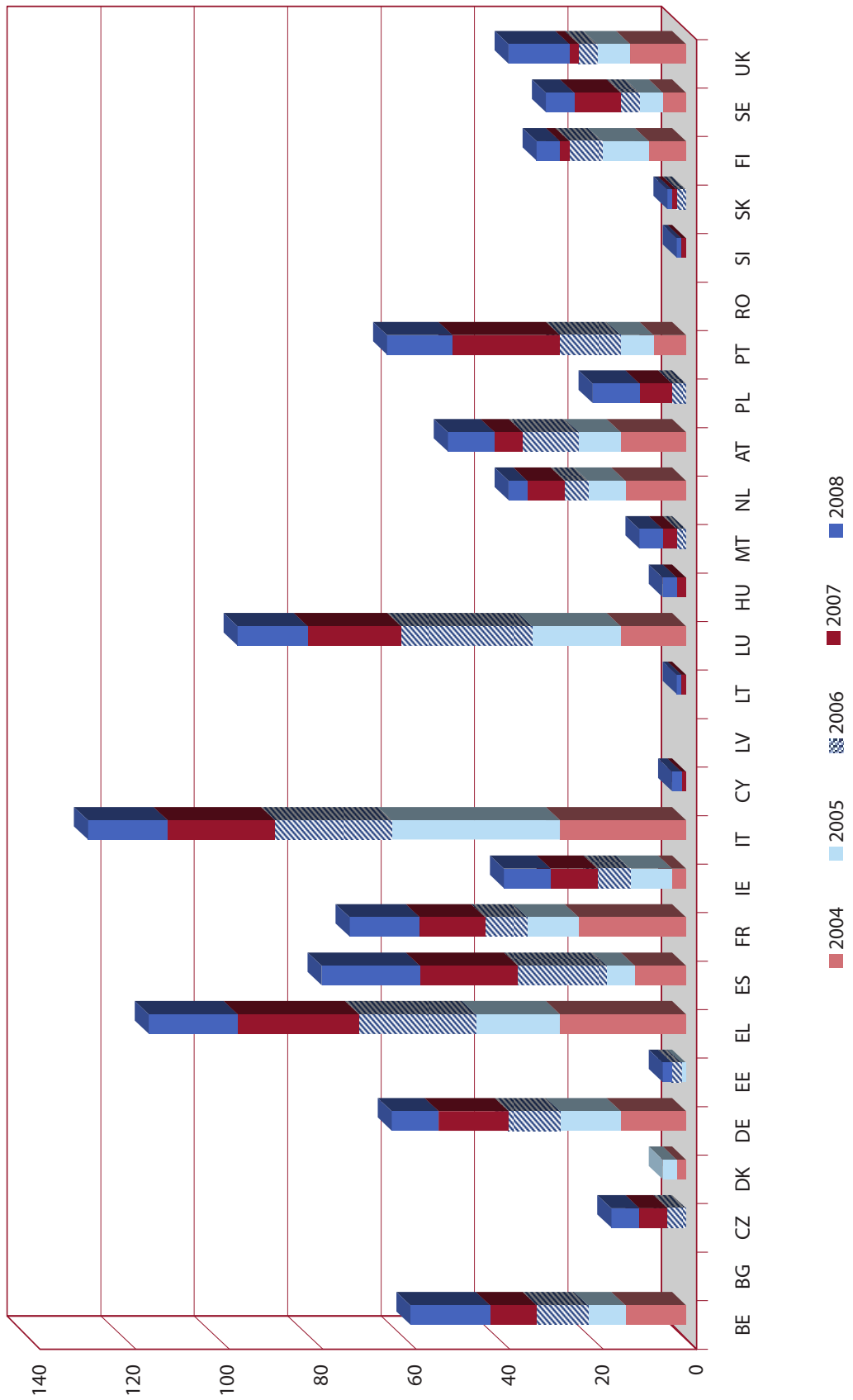
4. Processos entrados ⁽¹⁾ — Matéria da acção ou do recurso (2008) ⁽²⁾

	Acções e recursos directos	Reenvios prejudiciais	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção	Total	Processos especiais
Agricultura	4	11			15	
Auxílios de Estado	1	6	4		11	
Cidadania europeia		6			6	
Concorrência		3	7		10	
Convenção de Roma		1			1	
Direito das sociedades	9	9	1		19	
Direito institucional	3	1	21		27	1
Energia	4				4	
Ambiente e consumidores	49	34	5		94	
Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	12	26			38	
Fiscalidade	14	35			49	
Liberdade de estabelecimento	26	7			33	
Livre circulação de capitais	3	9			12	
Livre circulação de mercadorias	2	8			10	
Livre circulação de pessoas	28	14			42	
Livre prestação de serviços	12	20			32	
Política comercial		3	2		5	
Política das pescas	2	1			3	
Política económica e monetária	1				1	
Política Externa e de Segurança Comum		1	1		2	
Política industrial	3	5			8	
Política regional			2		2	
Política social	5	26			31	
Princípios de direito comunitário		3	1		4	
Propriedade intelectual	1	12	23		36	
Aproximação das legislações	15	10			25	
Relações externas	2	7			9	1
Recursos próprios das Comunidades	3				3	
Segurança social dos trabalhadores migrantes		2			2	
Pauta aduaneira comum		12			12	
Transportes	12	4			16	
União aduaneira		8	1		9	
Tratado CE	209	284	68	8	569	2
Tratado UE	1	4			5	
Processo						7
Estatuto dos Funcionários			9		9	
Diversos			9		9	7
TOTAL GERAL	210	288	77	8	583	9

⁽¹⁾ Excepto os processos de medidas provisórias.

⁽²⁾ Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

5. Processos entrados — Acções por incumprimento de Estado (2004-2008)⁽¹⁾

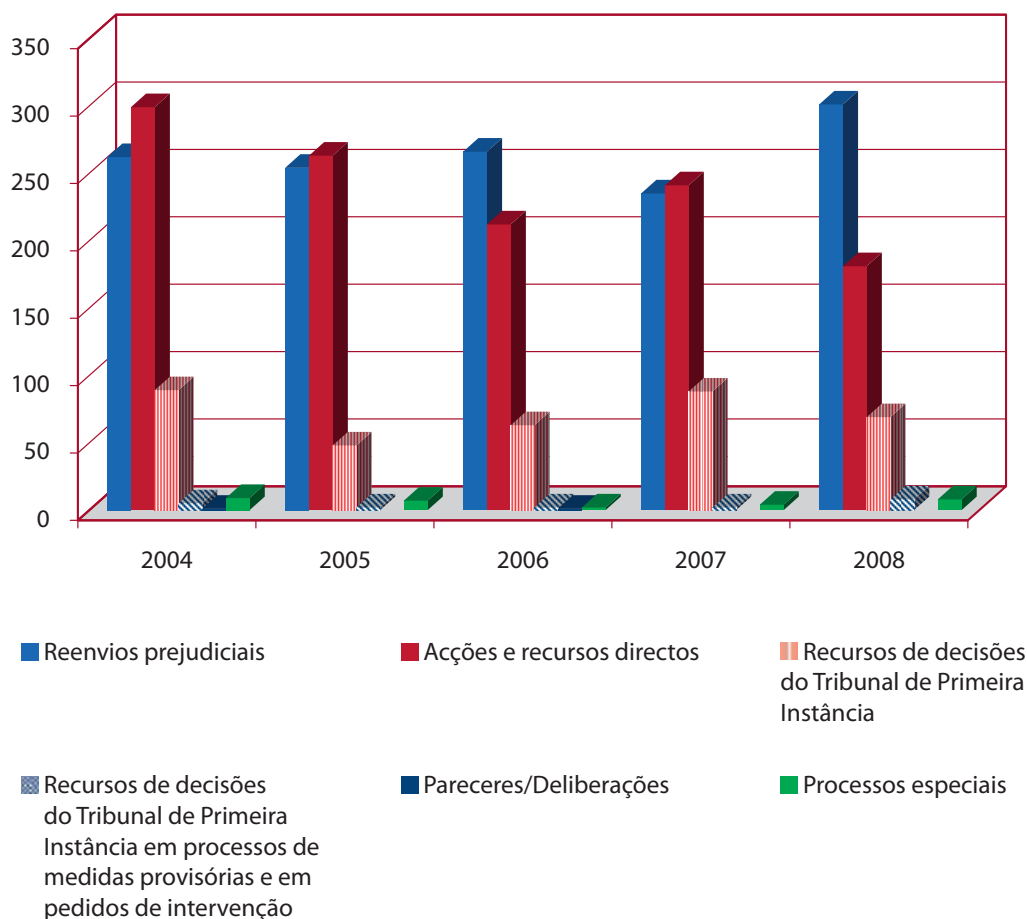


	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	Total
2004	13			2	14		27	11	23	3	27				14			13	14		7				8	5	12	193 ⁽²⁾
2005	8			3	13	1	18	6	11	9	36				19			8	9		7				10	5	7	170
2006	11			4	11	2	25	19	9	7	25				28		2	5	12	3	13			2	7	4	4	193
2007	10			6	15		26	21	14	10	23	1		1	20	2	3	8	6	7	23		1	1	2	10	2	212
2008	17			6	10	2	19	21	15	10	17	2		1	15	3	5	4	10	10	14		1	1	5	6	13	207

(¹) Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).
Artigos 93.º, 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 88.º CE, 226.º CE, 227.º CE, 228.º CE, 298.º CE), artigos 141.º EA, 142.º EA, 143.º EA e artigo 88.º CA.

(²) Entre os quais uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE).

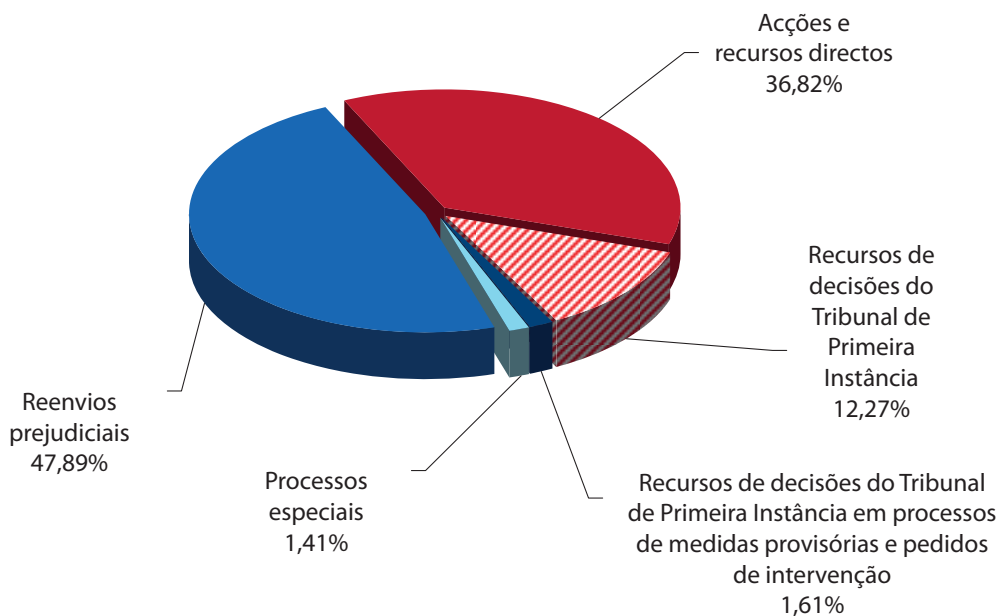
6. Processos findos — Natureza dos processos (2004-2008)⁽¹⁾



	2004	2005	2006	2007	2008
Reenvios prejudiciais	262	254	266	235	301
Acções e recursos directos	299	263	212	241	181
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	89	48	63	88	69
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção	5	2	2	2	8
Pareceres/Deliberações	1		1		
Processos especiais	9	7	2	4	8
Total	665	574	546	570	567

(¹) Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

7. Processos findos — Acórdãos, despachos e pareceres (2008)⁽¹⁾



	Acórdãos	Despachos com carácter jurisdicional ⁽²⁾	Despachos de medidas provisórias ⁽³⁾	Outros despachos ⁽⁴⁾	Pareceres	Total
Reenvios prejudiciais	186	30		22		238
Acções e recursos directos	108	2		70		180
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	39	20		2		61
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção			7	1		8
Processos especiais		5		2		7
Total	333	57	7	97		494

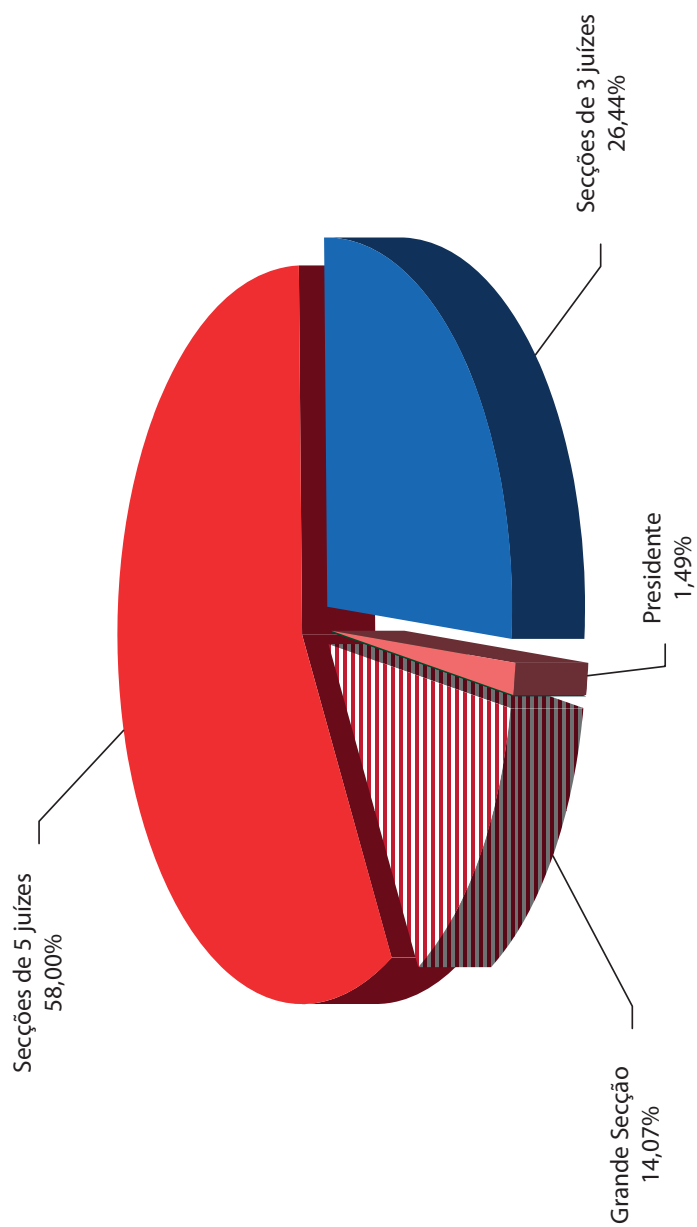
(1) Os números referidos (números líquidos) indicam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

(2) Despachos com carácter jurisdicional que põem termo à instância (inadmissibilidade, inadmissibilidade manifesta, ...).

(3) Despachos proferidos na sequência de um pedido baseado nos artigos 185.º ou 186.º do Tratado CE (actuais artigos 242.º CE e 243.º CE), no artigo 187.º do Tratado CE (actual artigo 244.º CE) ou nas disposições correspondentes dos Tratados EA e CA, ou ainda na sequência de um recurso contra um despacho do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias ou em pedidos de intervenção.

(4) Despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa ao Tribunal de Primeira Instância.

8. Processos findos — Formação de julgamento (2004-2008)⁽¹⁾



	2004		2005		2006		2007		2008	
	Acórdãos/ /Pareceres	Despachos ⁽²⁾	Acórdãos/ /Pareceres	Despachos ⁽²⁾	Acórdãos/ /Pareceres	Despachos ⁽²⁾	Acórdãos/ /Pareceres	Despachos ⁽²⁾	Acórdãos/ /Pareceres	Despachos ⁽²⁾
Tribunal Pleno	21		1		2					
Tribunal Pleno em formação reduzida ⁽²⁾	1									
Grande Secção	31	1	59		55	51	66			
Secções de 5 juizes	257	18	245	5	265	242	259	13	272	
Secções de 3 juizes	113	61	103	51	67	104	65	59	124	
Presidente		6	2		1	2		7		
Total	423	86	408	58	389	444	397	60	457	79
										469

⁽¹⁾ Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

⁽²⁾ De carácter jurisdicional que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa ao Tribunal de Primeira Instância).

⁽³⁾ Formação existente antes da entrada em vigor do Tratado de Nice.

9. Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de carácter jurisdicional — Objecto dos processos (2004-2008)⁽¹⁾

	2004	2005	2006	2007	2008
Adesão de novos Estados	2	1		1	
Agricultura	60	63	30	23	54
Ambiente e consumidores	67	44	40	50	43
Aproximação das legislações	33	41	19	22	21
Associação dos países e territórios ultramarinos	1	2			
Auxílios de Estado	21	23	23	9	26
Cidadania europeia	1	2	4	2	6
Concorrência	29	17	30	17	23
Convenção de Bruxelas	7	8	4	2	1
Direito das sociedades	16	24	10	16	17
Direito institucional	13	16	15	6	16
Energia	1	3	6	4	4
Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	2	5	9	17	5
Fiscalidade	28	34	55	44	38
Investigação, informação, educação, estatísticas					
Justiça e Assuntos Internos			2		1
Liberdade de estabelecimento	14	5	21	19	29
Livre circulação de capitais	4	5	4	13	9
Livre circulação de mercadorias	17	11	8	14	12
Livre circulação de pessoas	17	17	20	19	27
Livre prestação de serviços	23	11	17	23	8
Pauta aduaneira comum	4	7	7	10	5
Política comercial		4	1	1	1
Política das pescas	6	11	7	6	6
Política económica e monetária	2			1	1
Política Externa e de Segurança Comum				4	2
Política industrial	11	11		11	12
Política regional		5		7	1
Política social	44	29	29	26	25
Princípios de direito comunitário	4	2	1	4	4
Privilégios e Imunidades		1	1	1	2
Propriedade intelectual	20	5	19	21	22
Recursos próprios das Comunidades		2	6	3	
Relações externas	9	8	11	9	8
Segurança social dos trabalhadores migrantes	6	10	7	7	5
Transportes	11	16	9	6	4
União aduaneira	12	9	9	12	8
Tratado CE	485	452	424	430	446
Tratado UE		3	3	4	6
Tratado CA	1	3		1	2
Tratado EA	2	1	4	1	
Estatuto dos Funcionários	12	6	9	17	11
Privilégios e Imunidades	1				
Processo	8	1	2	3	5
Diversos	21	7	11	20	16
TOTAL GERAL	509	466	442	456	470

(¹) Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

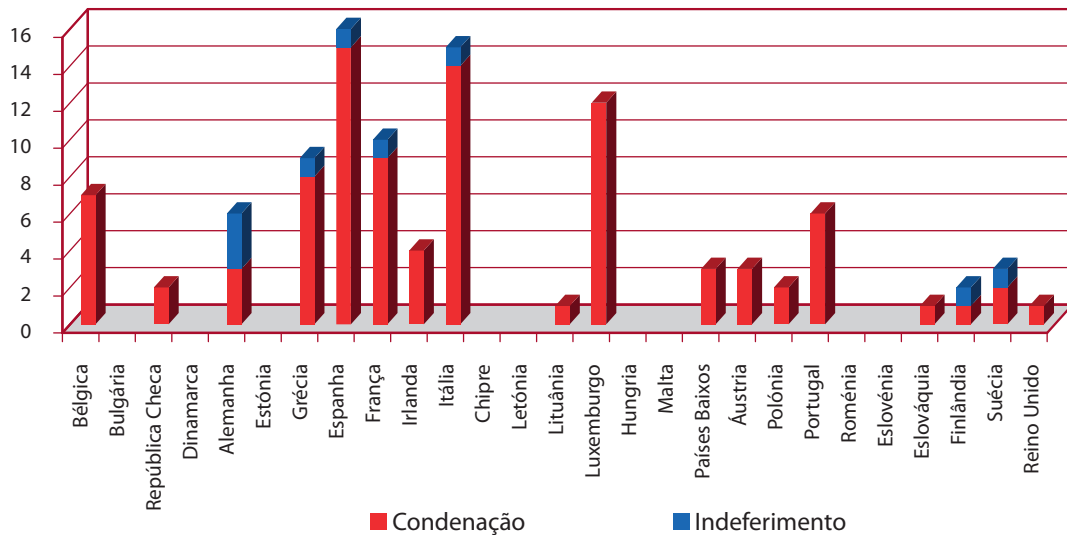
10. Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de carácter jurisdicional — Objecto dos processos (2008)⁽¹⁾

	Acórdãos/ /Pareceres	Despachos ⁽²⁾	Total
Agricultura	40	14	54
Ambiente e consumidores	38	5	43
Aproximação das legislações	21		21
Auxílios de Estado	23	3	26
Cidadania europeia	6		6
Concorrência	21	2	23
Convenção de Bruxelas	1		1
Direito das sociedades	16	1	17
Direito institucional	7	9	16
Energia	4		4
Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	5		5
Fiscalidade	32	6	38
Justiça e Assuntos Internos	1		1
Liberdade de estabelecimento	24	5	29
Livre circulação de capitais	9		9
Livre circulação de mercadorias	11	1	12
Livre circulação de pessoas	23	4	27
Livre prestação de serviços	7	1	8
Pauta aduaneira comum	4	1	5
Política comercial	1		1
Política das pescas	5	1	6
Política económica e monetária		1	1
Política Externa e de Segurança Comum	2		2
Política industrial	12		12
Política regional		1	1
Política social	18	7	25
Princípios de direito comunitário	4		4
Privilégios e Imunidades	2		2
Propriedade intelectual	14	8	22
Relações externas	7	1	8
Segurança social dos trabalhadores migrantes	5		5
Transportes	4		4
União aduaneira	7	1	8
Tratado CE	374	72	446
Tratado UE	6		6
Tratado CA	2		2
Estatuto dos Funcionários	9	2	11
Processo		5	5
Diversos	9	7	16
TOTAL GERAL	391	79	470

(1) Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

(2) De carácter jurisdicional que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa ao Tribunal de Primeira Instância).

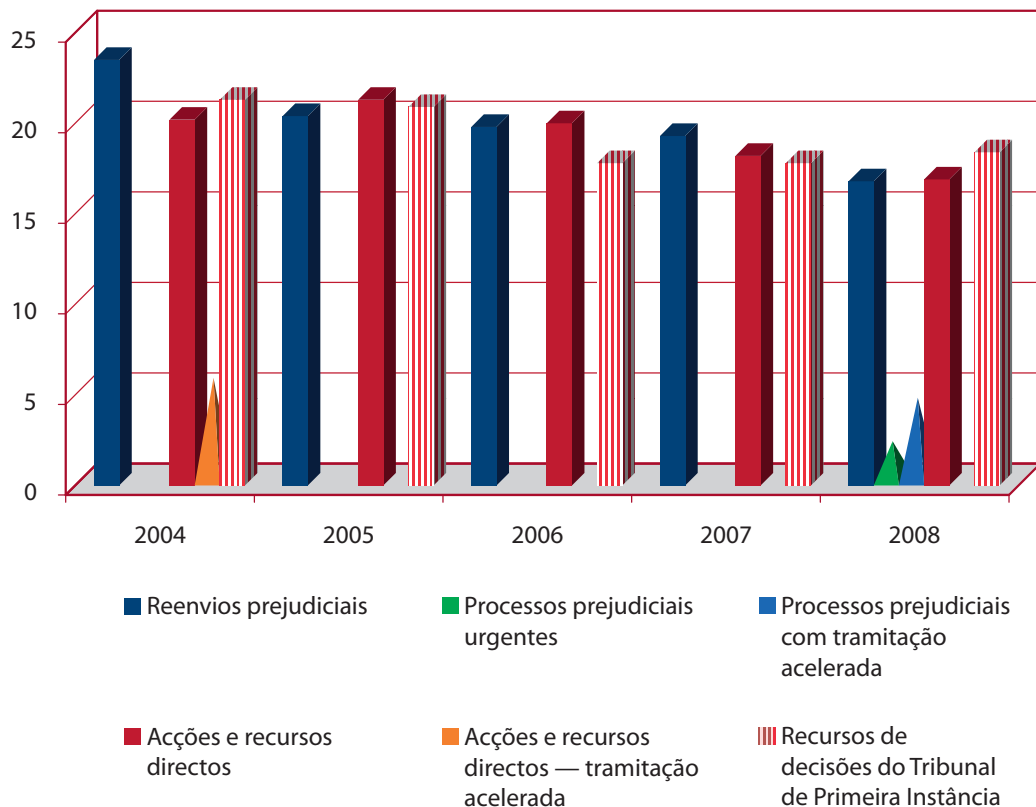
11. Processos findos — Acórdãos proferidos em ações por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2008)⁽¹⁾



	Condenação	Indeferimento	Total
Bélgica	7		7
Bulgária			
República Checa	2		2
Dinamarca			
Alemanha	3	3	6
Estónia			
Grécia	8	1	9
Espanha	15	1	16
França	9	1	10
Irlanda	4		4
Itália	14	1	15
Chipre			
Letónia			
Lituânia	1		1
Luxemburgo	12		12
Hungria			
Malta			
Países Baixos	3		3
Áustria	3		3
Polónia	2		2
Portugal	6		6
Roménia			
Eslovénia			
Eslováquia	1		1
Finlândia	1	1	2
Suécia	2	1	3
Reino Unido	1		1
Total	94	9	103

(¹) Os números referidos (números líquidos) indicam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

12. Processos findos — Duração dos processos (2004-2008)⁽¹⁾ (acórdãos e despachos de carácter jurisdicional)⁽²⁾



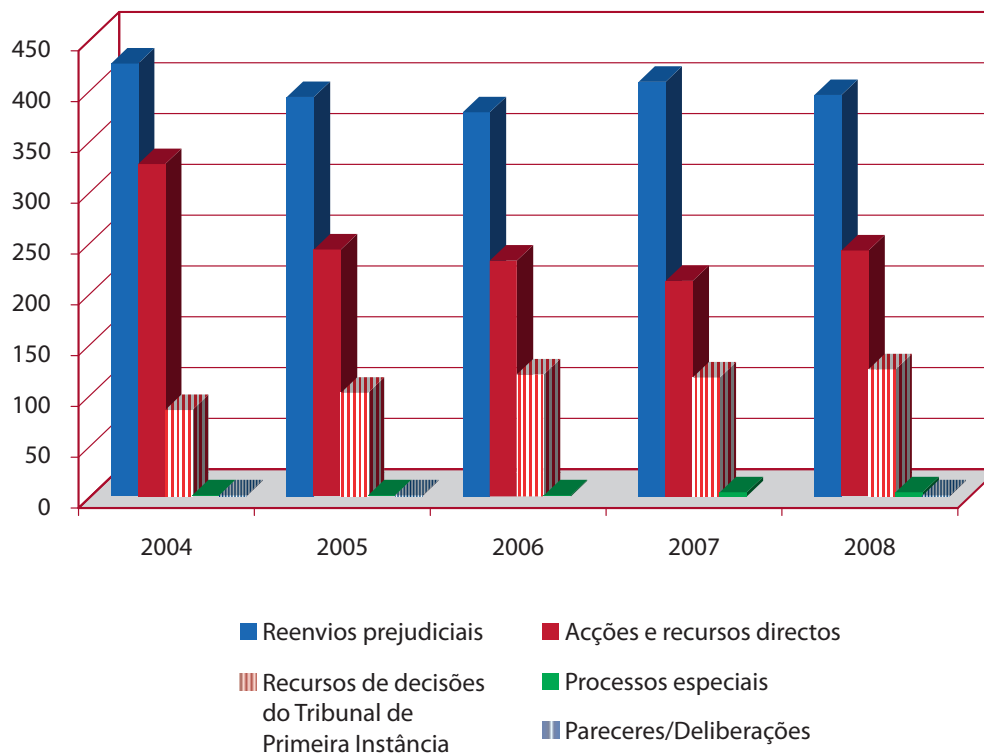
	2004	2005	2006	2007	2008
Reenvios prejudiciais	23,5	20,4	19,8	19,3	16,8
Processos prejudiciais urgentes					2,1
Processos prejudiciais com tramitação acelerada					4,5
Acções e recursos directos	20,2	21,3	20	18,2	16,9
Acções e recursos directos — tramitação acelerada	5,6				
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	21,3	20,9	17,8	17,8	18,4

⁽¹⁾ Estão excluídos dos cálculos sobre a duração dos processos: os processos em que tenha sido proferido um acórdão interlocutório ou ordenada uma diligência de instrução; os pareceres e deliberações; os processos especiais (a saber: fixação das despesas, apoio judiciário, oposição a um acórdão, oposição de terceiros, interpretação de um acórdão, revisão de um acórdão, rectificação de um acórdão, processo de penhora e processos em matéria de imunidades); os processos que terminam por despacho de cancelamento, não conhecimento do mérito, remessa ou transferência para o Tribunal de Primeira Instância; os processos de medidas provisórias bem como os recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção.

A duração dos processos é expressa em meses e décimos de mês.

⁽²⁾ Não inclui os despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento de mérito ou remessa ao Tribunal de Primeira Instância.

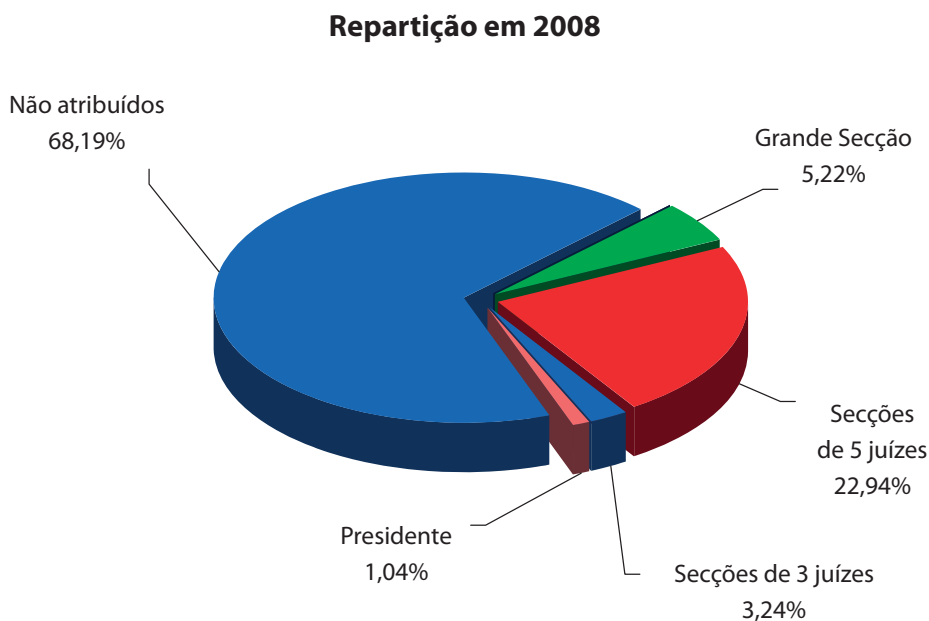
13. Processos pendentes em 31 de Dezembro — Natureza dos processos (2004-2008)⁽¹⁾



	2004	2005	2006	2007	2008
Reenvios prejudiciais	426	393	378	408	395
Acções e recursos directos	327	243	232	212	242
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	85	102	120	117	125
Processos especiais	1	1	1	4	4
Pareceres/Deliberações	1	1			1
Total	840	740	731	741	767

(¹) Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

14. Processos pendentes em 31 de Dezembro — Formação de julgamento (2008)⁽¹⁾



	2004	2005	2006	2007	2008
Não atribuídos	547	437	490	481	523
Tribunal Pleno	2	2			
Tribunal Pleno em formação reduzida ⁽²⁾					
Grande Secção	56	60	44	59	40
Secções de 5 juizes	177	212	171	170	177
Secções de 3 juizes	57	29	26	24	19
Presidente	1			7	8
Total	840	740	731	741	767

⁽¹⁾ Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

⁽²⁾ Formação existente antes da entrada em vigor do Tratado de Nice.

15. Diversos — Tramitação acelerada (2004-2008)⁽¹⁾

	2004		2005		2006		2007		2008		Total
	Admissibilidade	Arquivados	Admissibilidade	Arquivados	Admissibilidade	Arquivados	Admissibilidade	Arquivados	Admissibilidade	Arquivados	
Acções e recursos directos	1	2						1			4
Reenvios prejudiciais		10		5		5		6	2	6	34
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância								1			1
Pareceres		1									1
Total	1	13		5		5		8	2	6	40

(¹) Um processo no Tribunal de Justiça pode ser submetido a tramitação acelerada nos termos do disposto nos artigos 62.º-A e 104.º-A do Regulamento de Processo, que entraram em vigor em 1 de Julho de 2000.

16. Diversos — Processos prejudiciais urgentes (2008)

	2008		Total
	Admissibilidade	Arquivados	
Processos prejudiciais urgentes	3	3	6

17. Diversos — Processos de medidas provisórias (2008)⁽¹⁾

	Processos de medidas provisórias entrados	Recursos interpostos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias ou em pedidos de intervenção	Sentido da decisão		
			Indeferimento	Provimento	Cancelamento ou não conhecimento do mérito
Direito institucional	2	2	2		
Ambiente e consumidores	1	6		1	1
Total Tratado CE	3	8	2	1	1
TOTAL GERAL	3	8	2	1	1

(¹) Os números referidos (números líquidos) indicam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

18. Evolução geral da actividade judicial (1952-2008) — Processos entrados e acórdãos

Anos	Processos entrados ⁽¹⁾						Acórdãos ⁽²⁾
	Acções e recursos directos ⁽³⁾	Reenvios prejudiciais	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Pedidos de medidas provisórias	
1953	4				4		
1954	10				10		2
1955	9				9	2	4
1956	11				11	2	6
1957	19				19	2	4
1958	43				43		10
1959	47				47	5	13
1960	23				23	2	18
1961	25	1			26	1	11
1962	30	5			35	2	20
1963	99	6			105	7	17
1964	49	6			55	4	31
1965	55	7			62	4	52
1966	30	1			31	2	24
1967	14	23			37		24
1968	24	9			33	1	27
1969	60	17			77	2	30
1970	47	32			79		64
1971	59	37			96	1	60
1972	42	40			82	2	61
1973	131	61			192	6	80
1974	63	39			102	8	63
1975	62	69			131	5	78
1976	52	75			127	6	88
1977	74	84			158	6	100
1978	147	123			270	7	97
1979	1.218	106			1.324	6	138
1980	180	99			279	14	132
1981	214	108			322	17	128
1982	217	129			346	16	185
1983	199	98			297	11	151

>>>

Anos	Processos entrados ⁽¹⁾						Acórdãos ⁽²⁾
	Acções e recursos directos ⁽³⁾	Reenvios prejudiciais	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Pedidos de medidas provisórias	
1984	183	129			312	17	165
1985	294	139			433	23	211
1986	238	91			329	23	174
1987	251	144			395	21	208
1988	193	179			372	17	238
1989	244	139			383	19	188
1990 ⁽⁴⁾	221	141	15	1	378	12	193
1991	142	186	13	1	342	9	204
1992	253	162	24	1	440	5	210
1993	265	204	17		486	13	203
1994	128	203	12	1	344	4	188
1995	109	251	46	2	408	3	172
1996	132	256	25	3	416	4	193
1997	169	239	30	5	443	1	242
1998	147	264	66	4	481	2	254
1999	214	255	68	4	541	4	235
2000	199	224	66	13	502	4	273
2001	187	237	72	7	503	6	244
2002	204	216	46	4	470	1	269
2003	278	210	63	5	556	7	308
2004	220	249	52	6	527	3	375
2005	179	221	66	1	467	2	362
2006	201	251	80	3	535	1	351
2007	221	265	79	8	573	3	379
2008	211	288	77	8	584	3	333
Total	8 340	6 318	917	77	15 652	348	7 890

(1) Números brutos; com exclusão dos processos especiais.

(2) Números líquidos.

(3) Pareceres incluídos.

(4) A partir de 1990, as acções e recursos de funcionários passaram a ser apresentados no Tribunal de Primeira Instância.

**19. Evolução geral da actividade judicial (1952-2008) — Reenvios prejudiciais entrados
(por Estado-Membro e por ano) ⁽¹⁾**

	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	Benelux ⁽²⁾	Total		
1961																			1										1		
1962																			5											5	
1963															1				5											6	
1964											2							4												6	
1965					4			2										1												7	
1966																		1												1	
1967	5				11		3							1				3											23		
1968	1				4		1			1								2											9		
1969	4				11		1							1																17	
1970	4				21		2				2							3												32	
1971	1				18		6				5				1			6												37	
1972	5				20		1				4							10												40	
1973	8				37		4				5				1			6												61	
1974	5				15		6				5							7								1				39	
1975	7			1	26		15				14				1			4								1				69	
1976	11				28		8		1	12								14							1					75	
1977	16			1	30		14		2	7								9							5					84	
1978	7			3	46		12		1	11								38							5					123	
1979	13			1	33		18		2	19					1			11							8					106	
1980	14			2	24		14		3	19								17							6					99	
1981	12			1	41		17			11					4			17							5					108	
1982	10			1	36		39			18								21							4					129	
1983	9			4	36		15		2	7								19							6					98	
																															>>>

	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	Benelux ⁽²⁾	Total
1984	13			2	38				34	1	10							22									9		129
1985	13				40				45	2	11				6			14									8		139
1986	13			4	18		2	1	19	4	5				1			16								8		91	
1987	15			5	32		17	1	36	2	5				3			19								9		144	
1988	30			4	34			1	38		28				2			26								16		179	
1989	13			2	47		2	2	28	1	10				1			18			1					14		139	
1990	17			5	34		2	6	21	4	25				4			9			2					12		141	
1991	19			2	54		3	5	29	2	36				2			17			3					14		186	
1992	16			3	62		1	5	15		22				1			18			1					18		162	
1993	22			7	57		5	7	22	1	24				1			43			3					12		204	
1994	19			4	44				13	36	2	46			1			13			1					24		203	
1995	14			8	51		10	10	43	3	58				2			19			2					6	20	251	
1996	30			4	66		4	6	24		70				2			10			6				3	4	21	256	
1997	19			7	46		2	9	10	1	50				3			24			35				6	7	18	239	
1998	12			7	49		5	55	16	3	39				2			21			16				2	6	24	264	
1999	13			3	49		3	4	17	2	43				4			23			56				4	5	22	255	
2000	15			3	47		3	5	12	2	50							12			31				5	4	26	224	
2001	10			5	53		4	4	15	1	40				2			14			57				3	4	21	237	
2002	18			8	59		7	3	8		37				4			12			31				7	5	14	216	
2003	18			3	43		4	8	9	2	45				4			28			15				4	4	22	210	
2004	24			4	50		18	8	21	1	48				1	2		28			12				4	5	22	249	
2005	21			1	4	51	11	10	17	2	18				2	3		36			15				4	11	12	221	
2006	17			3	3	77	14	17	24	1	34			1	1	4		20			12				1	5	2	10	251
2007	22			1	2	5	59	2	8	14	26			1		2		19			20				1	5	6	16	265
2008	24			1	6	71	2	9	17	12	1	39			1	3	4	34			25				4	7	14	288	
Total	579	1	7	122	1 672	4 134	211	755	51	978	1	3	5	64	17	719	333	14	64	1	2	56	76	448	1	6 318			

(1) Artigos 177.º do Tratado CE (actual artigo 234.º CE), 35.º, n.º 1, UE, 41.º CA, 150.º EA, Protocolo de 1971.

(2) Processo C-265/00, Campina Melkunie.

20. Evolução geral da actividade judicial (1952-2008)
— Reenvios prejudiciais entrados
(por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)

			Total
Bélgica	Cour constitutionnelle	71	
	Cour de cassation	12	
	Conseil d'État	43	
	Outros órgãos jurisdicionais	453	579
Bulgária	Софийски градски съд Търговско отделение	1	
	Outros órgãos jurisdicionais		1
República Checa	Nejvyššího soudu		
	Nejvyšší správní soud	1	
	Ústavní soud		
	Outros órgãos jurisdicionais	6	7
Dinamarca	Højesteret	22	
	Outros órgãos jurisdicionais	100	122
Alemanha	Bundesgerichtshof	120	
	Bundesverwaltungsgericht	88	
	Bundesfinanzhof	250	
	Bundesarbeitsgericht	17	
	Bundessozialgericht	73	
	Staatsgerichtshof des Landes Hessen	1	
	Outros órgãos jurisdicionais	1123	1672
Estónia	Riigikohus	1	
	Outros órgãos jurisdicionais	3	4
Grécia	Άρειος Πάγος	9	
	Συμβούλιο της Επικρατείας	31	
	Outros órgãos jurisdicionais	94	134
Espanha	Tribunal Supremo	22	
	Audiencia Nacional	1	
	Juzgado Central de lo Penal	7	
	Outros órgãos jurisdicionais	181	211
França	Cour de cassation	83	
	Conseil d'État	42	
	Outros órgãos jurisdicionais	630	755
Irlanda	Supreme Court	17	
	High Court	15	
	Outros órgãos jurisdicionais	19	51

>>>

			Total
Itália	Corte suprema di Cassazione	101	
	Corte Costituzionale	1	
	Consiglio di Stato	62	
	Outros órgãos jurisdicionais	814	978
Chipre	Ανώτατο Δικαστήριο		
	Outros órgãos jurisdicionais	1	1
Letónia	Augstākā tiesa		
	Satversmes tiesa		
	Outros órgãos jurisdicionais	3	3
Lituânia	Konstitucinis Teismas	1	
	Lietuvos Aukščiausiasis Teismas	1	
	Lietuvos vyriausiasis administracinis Teismas	2	
	Outros órgãos jurisdicionais	1	5
Luxemburgo	Cour supérieure de justice	10	
	Cour de cassation	2	
	Conseil d'État	13	
	Cour administrative	7	
	Outros órgãos jurisdicionais	32	64
Hungria	Legfelsőbb Bíróság	1	
	Fővárosi Ítéletábla	1	
	Szegedi Ítéletábla	1	
	Outros órgãos jurisdicionais	14	17
Malta	Qorti Kostituzzjonali		
	Qorti ta' l- Appel		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Países Baixos	Raad van State	59	
	Hoge Raad der Nederlanden	177	
	Centrale Raad van Beroep	46	
	College van Beroep voor het Bedrijfsleven	137	
	Tariefcommissie	34	
	Outros órgãos jurisdicionais	266	719
Áustria	Verfassungsgerichtshof	4	
	Oberster Gerichtshof	71	
	Oberster Patent- und Markensenat	3	
	Bundesvergabeamt	24	
	Verwaltungsgerichtshof	57	
	Vergabekontrollsenat	4	
	Outros órgãos jurisdicionais	170	333

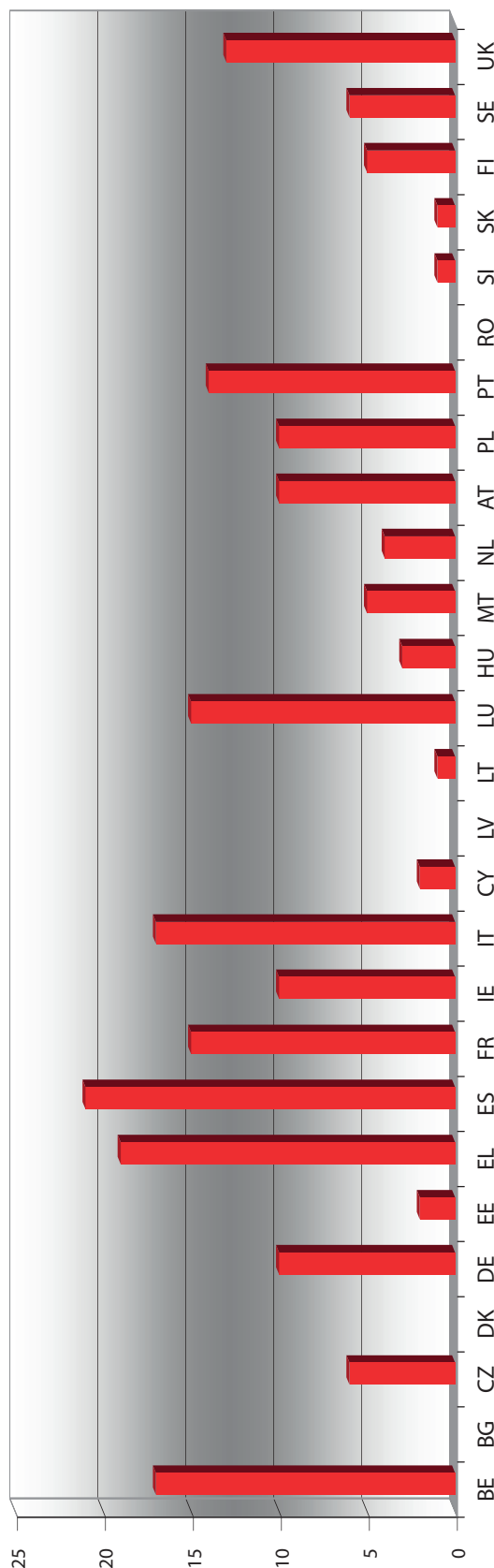
>>>

			Total
Polónia	Sąd Najwyższy		
	Naczelny Sąd Administracyjny	3	
	Trybunał Konstytucyjny		
	Outros órgãos jurisdicionais	11	14
Portugal	Supremo TJ	1	
	Supremo Tribunal Administrativo	36	
	Outros órgãos jurisdicionais	27	64
Roménia	Tribunal Dâmbovița	1	
	Outros órgãos jurisdicionais		1
Eslovénia	Vrhovno sodišče		
	Ustavno sodišče		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Eslováquia	Ústavný Súd		
	Najvyšší súd	1	
	Outros órgãos jurisdicionais	1	2
Finlândia	Korkein hallinto-oikeus	23	
	Korkein oikeus	10	
	Outros órgãos jurisdicionais	23	56
Suécia	Högsta Domstolen	12	
	Marknadsdomstolen	4	
	Regeringsrätten	21	
	Outros órgãos jurisdicionais	39	76
Reino Unido	House of Lords	38	
	Court of Appeal	45	
	Outros órgãos jurisdicionais	365	448
Benelux	Cour de justice/Gerechtshof ⁽¹⁾	1	1
Total			6318

(1) Processo C-265/00, Campina Melkunie.

21. Evolução geral da actividade judicial (1952-2008)
— Acções por incumprimento de Estado entradas (1)

2008



	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	Total
2008	17		6		10	2	19	21	15	10	17	2		1	15	3	5	4	10	10	14		1	1	5	6	13	207
1952-2008	340		16	34	253	5	353	208	381	186	599	3		2	245	5	10	129	114	20	155		2	4	47	45	122	3 278

Uma das acções intentadas contra a Espanha é uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), intentada pela Bélgica.

Uma das acções intentadas contra a França é uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), intentada pela Irlanda.

Três das acções intentadas contra o Reino Unido são acções com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual 227.º CE), uma das quais foi intentada pela França e duas pela Espanha.

(1) Artigos 93.º, 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 88.º CE, 226.º CE, 227.º CE, 228.º CE e 298.º CE), artigos 141.º EA, 142.º EA, 143.º EA e artigo 88.º CA.